



ORIGEM E IMPORTANCIA DOS MUNICÍPIOS: UMA ANÁLISE HISTÓRICA

RODRIGO MONTEIRO DA SILVA

Bacharel em Ciências Econômicas pela
Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR
rodrygomsylva@gmail.com

ADALBERTO DIAS DE SOUZA

Doutor em geografia pelo programa de pós-graduação em geografia pela
Universidade Estadual de Maringá – UEM. Professor na
Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR
ad.unespar@gmail.com

KELLY CRISTINA ROMANHUK

Graduanda em Administração
Universidade Estadual do Paraná- UNESPAR
kellyromanhuk@hotmail.com

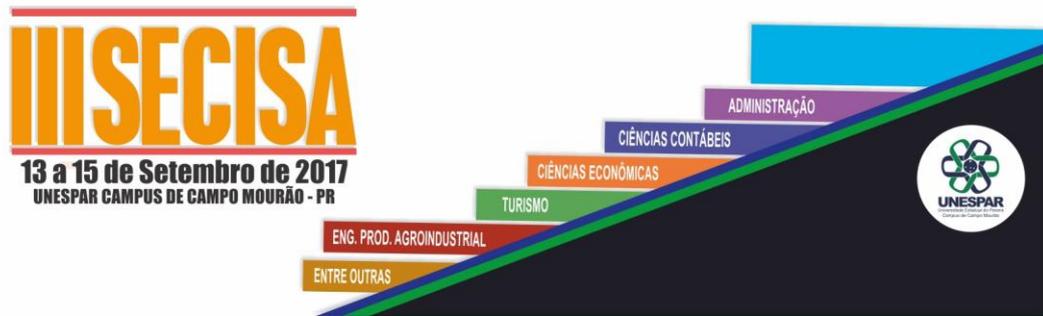
ROBSON LUIZ DONATO

Graduanda em Administração
Universidade Estadual do Paraná- UNESPAR
robsondont@gmail.com

RESUMO - Este artigo tem como objetivo analisar a formação dos municípios no Brasil, desde o Período Colonial, Monarquia e República até os dias atuais, abordando o modo como os mesmos, ao longo da história brasileira, apresentaram diferentes características e estruturas, para assim se entender o porque de sua atual situação. Compreender o modo como os municípios se desenvolveram não é uma pesquisa que se esgote a um único artigo, uma vez que as diversas variáveis envolvidas no processo, como a política, a economia, cultura, e a presença de outros países, moldaram, e ainda moldam a configuração e a atuação dos municípios. No entanto, como é o objetivo desse trabalho, a pesquisa sobre esse tema se fundamenta no estudo e análise do como, e porque, o Brasil moldou seus municípios para atuar como um Ente tão importante para o bem estar individual e coletivo. Entender o processo histórico do Brasil servirá de base para a compreensão dos municípios no Estado do Paraná, especificamente na Mesorregião Centro Ocidental, propiciando uma análise do modo como essa configuração afeta a vida de seus municípios. No que concerne aos métodos a pesquisa apresenta caráter descritivo analítico, sendo desenvolvida mediante pesquisa bibliográfica usando material disponível em meio físico e eletrônico.

Palavras-chave: Histórico dos municípios. Municípios no Paraná. Mesorregião centro-ocidental.

ABSTRACT - This article aims to analyze the formation of municipalities in Brazil, from the Colonial Period, Monarchy and Republic to the present day, addressing the way in which they, throughout Brazilian history, presented different characteristics and structures, in order to understand the Because of its current situation. Understanding how municipalities have developed is not a research that is limited a single article, since the various variables involved in the process, such as politics, economy, culture, and the presence of other countries,



Anais do III Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas do Campus de Campo Mourão da Universidade Estadual do Paraná
Campo Mourão - PR, 13 a 15 de setembro de 2017

have shaped, and still Shape the configuration and performance of municipalities. However, as is the purpose of this work, research on this theme is based on the study and analysis of how and why Brazil has shaped its municipalities to act as an entity so important for individual and collective well-being. Understanding the historical process of Brazil will serve as a basis for the understanding of the municipalities in the State of Paraná, specifically in the Western Central Meso-region, providing an analysis of how this configuration affects the lives of its residents. As far as the methods are concerned, the research presents a descriptive analytical character, being developed through bibliographical research using material available in physical and electronic medium.

Keywords: Keywords: History of municipalities. Municipalities in Paraná. Central-western mesoregion.

1 INTRODUÇÃO

Visando a melhor compreensão sobre os municípios no Brasil, objetivando com isso entender o porquê de sua formação histórica, para assim poder se estabelecer políticas que possam melhorar a realidade desse Ente Federativo tão importante para o desenvolvimento da sociedade brasileira, o trabalho versará sobre o processo histórico, político e econômico que condicionaram seu surgimento. Para se entender melhor o objeto em estudo – a formação dos municípios no Brasil – uma breve contextualização histórico da origem do termo se faz necessário. Um município, enquanto espaço geográfico pode ser entendido como uma divisão administrativa independente do território do estado governado, e possui a mesma divisão de poderes que a União e o Estado, com o representando do executivo sendo o prefeito, o representante do legislativo, presente na câmara municipal de vereadores, e com o judiciário, com seus juízes e promotores (MAGALHÃES, 2008). A expressão também pode se referir a um grupo de pessoas que habitam uma mesma região, sendo comum sua utilização para se referir a uma cidade ou povoado. A palavra se originou na antiga Roma, mas tem início com os filósofos gregos, quando Platão e Aristóteles explicitarem a importância das pólis (cidades) para o desenvolvimento individual e coletivo que até o presente momento era tido como cidade um espaço habitado por pessoas livres que trabalhavam e comercializavam o excedente de sua produção e viviam sobre suas próprias leis (OLIVEIRA e ABREU, 2015).

No Brasil, o processo de formação dos municípios tem início com o período conhecido como colonial, quando as primeiras formas de agrupamento social tiveram início. Com o passar dos anos, e com as diversas fases que o Brasil apresentou, colônia, império, república, cada nova mudança, seja ela de ordem social, política, econômica ou social, davam as cidades uma nova estrutura, fazendo com que a mesma se transformasse a partir das novas relações sociais que estavam ocorrendo (FURTADO, 1976).

Destarte, o atual modo como os municípios se encontram é resultado de um extenso processo histórico, social, político e econômico, que foram determinantes para a formação desse Ente federativo que, dentre os demais - Estado e União - é o que está mais próximo dos indivíduos na sociedade, uma vez que o acesso aos poder executivo, judiciário e legislativo é mais simples e menos burocrático nos municípios do que nos Estados e na União. Desse modo, entender quais foram os determinantes históricos para a formação dos municípios, com

ênfase na Mesorregião Centro Ocidental do Paraná, possibilitará a compreensão do porque os municípios estão formados como estão atualmente, e como a sociedade pode buscar junto ao mesmo, suas demandas frente. Com esse objetivo, a presente pesquisa, mediante uma pesquisa analítica descritiva, tentará fazer uma revisão bibliográfica sobre o processo histórico de formação dos municípios, culminando com a formação da Mesorregião Centro Ocidental do Paraná.

2 METODOLOGIA

O trabalho apresentado foi elaborado mediante uma pesquisa de caráter analítica descritiva, através de uma revisão bibliográfica feita em livros, artigos, revistas e periódicos, disponíveis em meio físico e eletrônico. Segundo Lakatos e Marconi (2003) uma pesquisa analítica descritiva objetiva o domínio do tema em estudo e possui a vantagem de elencar os os principais pontos para sua compreensão.

3 HISTÓRICA DA FORMAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NO BRASIL

3.1 Brasil colonial

Entre os anos de 1500 a 1530, período pré-colonial, a Coroa portuguesa não se preocupou em ocupar e instaurar uma sociedade nas terras brasileiras, e se limitava apenas a enviar algumas vezes pequenas incursões ao litoral, objetivando conhecer o território ou para extrair o pau-brasil (FURTADO, 1976)

Naquele momento a Coroa possuía o monopólio do pau-brasil, não obstante, fazia contratos com terceiros para poder dar continuidade para esse empreendimento. Na ausência de uma ocupação mais efetiva, as terras portuguesas ficam vulneráveis a ações exploratórias de outras metrópoles, como Inglaterra, Espanha, Holanda e França, e foi, nesse momento, que a contínua tentativa de diminuição de seu patrimônio colonial fez com que Portugal, visando retirar de suas terras “os intrusos”, entre os anos de 1516 e 1526, enviou algumas expedições denominadas guarda-costas (FURTADO, 1976; SILVA, 2012).

No ano de 1530 Portugal deliberou iniciar o processo de colonização no Brasil. As principais razões para essa decisão foram:

- Preocupação do governo Português em perde as terras para os franceses, se por algum motivo não viessem a promover a ocupação, uma vez que estes ignoravam os termos do Tratado de Tordesilhas e ameaçavam tomar as terras que não estivessem ocupada definitivamente pelos portugueses e espanhóis
- A diminuição do comércio Internacional, uma vez que as Índias Orientais estava cada vez mais especializada, aliado com os altos custos de transporte e redução dos preços por aumento de concorrência e, por último;
- A Espanha, sua rival no período, estava tendo sucesso em ocupar os territórios americanos, onde explorava ouro e prata (FURTADO, 1976).

O grande marco no processo de ocupação portuguesa no Brasil foi a expedição chefiada por Martin Afonso de Sousa, ocorrida em 1530 pelo rei dom João III. Martim Afonso viajou e andou por quase todo litoral brasileiro e fez algumas incursões pelo interior, intentando achar ouro e prata. No entanto não foi feliz em sua empreitada, mas pelo menos teve como mérito a destruição de uma feitoria francesa no atual estado de Pernambuco. Conseguiu também, mais ao sul, em 1532 fundar a vila de São Vicente, que se encontra nono atual litoral do estado de São Paulo (PRADO JUNIOR, 2006).

Por ter conseguido tais feitos a Coroa portuguesa sentiu se motivada a estabelecer efetiva ocupação do território que lhe pertencia. Na América portuguesa, as terras foram primeiro divididas em gigantescos lotes e posteriormente cedidas a altos funcionários da Coroa, sendo eles chefes militares e membros da baixa nobreza que mostraram interesse em administrá-las. Historicamente esses administradores ficaram conhecidos como capitães donatários (ABREU, 2009).

Em sua totalidade haviam quinze capitânicas hereditárias, concedidas a doze donatários. Nessas capitânicas haviam algumas características comuns, que eram a descentralização administrativa, a participação da iniciativa privada para impulsionar a colonização e o envio dos resultados obtidos para Portugal (PRADO JUNIOR, 2006). No entanto, a experiência com a implantação das capitânicas não foi eficaz como o esperado, sendo apenas duas bem-sucedidas (Pernambuco e São Vicente) pelos resultados positivos conseguidos com a produção de açúcar (ABREU, 2009; FURTADO, 1976).

A Figura 1 mostra como eram divididas as capitânicas hereditárias.



Figura 1- Divisão das capitânicas hereditárias Fonte: História de Tudo. Disponível em <<http://www.historiadetudo.com/capitanias-hereditarias>>. Acesso em: 05 jul. 2017.

Após Martim Afonso de Sousa fundar em 1532, São Vicente, diversas outras vilas se formaram na colônia portuguesa. As primeiras surgiram no litoral como São Paulo, por exemplo, que foi no ano de 1554, sendo esta, durante muito vários anos, a única vila do interior (ABREU, 2009; SILVA, 2012).

Naquele tempo, estabelecer uma vila tinha como significado erguer uma coluna de madeira ou de pedra, (pelourinho) sendo este o local onde se aplicavam castigos físicos para os escravos, simbolizando assim a autoridade e a ordem portuguesa sobre os vilões, construir também uma cadeia; instaurar órgãos para a cobrança de impostos e nomear os responsáveis pela arrecadação; fomentar o povoamento e por último, criar uma Câmara Municipal (SILVA, 2012)

A Câmara tinha o papel de ser o órgão administrador do local e era composto de seis membros, sendo eles três vereadores, dois juízes ordinários e um procurador. Com o passar dos anos a Câmara tornou se em um instrumento de poder dos que possuíam riqueza e que por esse motivo, serem ricos, desafiar a autoridade dos funcionários nomeados pela Coroa.

Essa situação começou a mudar na segunda metade do século XVII, momento em que a Coroa Portuguesa ampliou sua rede de controle, por meio do aumento da exploração da colônia (FAVERO, 2004).

Após a chegada de Cabral, logo no início, os portugueses e espanhóis utilizaram em larga escala o trabalho dos índios na exploração do pau-brasil. Com a dificuldade crescente na captura de novos índios e pela defesa que este tinham dos jesuítas, aliado ao processo de facilidades para a aquisição e transporte de negros africanos, a mão-de-obra escrava que começou a ser amplamente utilizada foi a africana (SILVA, 2012; FURTADO, 1979).

No o período colonial, os luso-brasileiros desenvolveram diversas revoltas em várias regiões da América Portuguesa. As primeiras que se tem registro não apresentavam preocupações separatistas, revelavam apenas o descontentamento sobre a administração portuguesa. Passado alguns anos, no entanto, aproximadamente no fim do século XVIII, ocorreram as primeiras revoltas internos com o claro objetivo de proclamar a independência brasileira de Portugal. A Coroa portuguesa via essas revoltas como atos de falta de fidelidade ou lealdade para com o Rei. No ano de 1789 veio a primeira revolta de cunho separatista na colônia, a tão conhecida Inconfidência Mineira. Não muito distante dali, revoltas semelhantes ocorrem na Bahia (Conjuração Baiana, em 1798), também no Rio de Janeiro (Conjuração do Rio de Janeiro, em 1794) e em Pernambuco (Conspiração dos Suassunas, em 1801) (MARQUES, 1979).

Com a decretação do Bloqueio Continental, em 1806, Portugal estava diante de uma situação paradoxal. O decreto estabelecia que os países europeus parassem de comerciar com uma vez que, com essa medida, Napoleão tentava acabar com o poderio econômico da Inglaterra, seu maior inimigo, para assim ficar mais fácil tomar toda a Europa (SILVA, 2015).

Para Portugal isso era um problema, pois a Inglaterra era sua velha amiga no comercio, e aceitar as ordens de Napoleão era o mesmo que comprar briga compra a Inglaterra (que não era em nada aproveitável). No entanto, não cumprir as ordens de Napoleão seria o mesmo que declarar se seu inimigo, o que provocaria invasões futuras. E por quase dois anos, a Coroa portuguesa tentou ganhar tempo, indo até o ponto de fingir uma guerra contra a Inglaterra. Suas articulações não tiveram efeito e, em agosto de 1807, Napoleão ordenou a invasão de Portugal

Suas tropas invasoras chegaram em novembro de 1807 e, no dia 27 desse mês, a corte de Dom João e o próprio se retiraram, vindo para sua colônia americana. Dom João era o governador de Portugal como príncipe regente e se tornou responsável pela colônia brasileira quando esta ainda pertencia a Portugal. Por causa da invasão napoleônica, à sede do governo português foi transferida para a colônia brasileira, sendo o dia de sua chegada, janeiro de 1808, em Salvador. Em abril desse ano 1808 se fixou no Rio de Janeiro, tratando de organizar

o governo e distribuir cargos administrativos entre os nobres. Neste momento histórico brasileiro, aconteceu a mudança de denominação das unidades territoriais brasileiras, que passaram a ser reconhecidas como províncias, e não mais como capitânicas. Em abril de 1828 o rei teve seu retorno para a Europa, e deixou no seu posto de príncipe regente Dom Pedro. Desse jeito, ele poderia perpetuar a coroa na antiga colônia. O que ele não esperava era que o príncipe regente proclamasse a independência do Brasil no dia 7 de setembro de 1822, e recebendo o título de Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil com o título de Dom Pedro I (FURTADO, 1976).

3.2 Brasil monarquia

Depois da proclamação da independência, como já citado, o Dom Pedro I foi aclamado Imperador Constitucional do Brasil no dia 12 de outubro de 1822. No entanto, ele tinha ainda o dever de organizar a administração pública e criar as novas leis para o novo país, e, mais importante, fazer com que os demais países passassem a reconhecer o Brasil como nação independente. O fato de Dom Pedro estar no novo país favorecia o processo de legitimação do Brasil frente as monarquias europeias (DOLHNIKOFF, 2005).

Com o passar de poucos anos, os intelectuais e políticos próximos ao governo deram início a um debate que discutiria os caminhos que o Brasil iria trilhar daquele momento para frente. A primeira grande preocupação era a criação de um código de leis que fosse supremo e inquestionável que serviria de base para as ações reconhecidamente legais, ou seja, a criação de uma Constituição que tinha que ser obedecida por todos os brasileiros. Outra questão premente para o momento era a criação de uma identidade cultural e social que representariam a população brasileira (DOLHNIKOFF, 2005; MARQUES, 1979).

Naquele momento, assim como hoje, as terras brasileiras eram habitadas por diversos e diferentes grupos sociais, sendo que cada região possuía suas próprias características. Por esse motivo não era tarefa fácil descobrir aspectos econômicos, culturais e sociais que fossem completos para definir os brasileiros, e isso era um empecilho para a integração da Nação. Na elaboração da primeira Constituição do Brasil, D. Pedro I chamou uma Assembleia Constituinte, que era formada por deputados e senadores, que tinham a incumbência de elaborar o texto constitucional. Os trabalhos da Assembleia Constituinte começaram em maio de 1823 e foi outorgada em 25 de março de 1824. A CF era composta por um total de 176

artigos, sendo que esses que formavam as leis para o andamento do Estado. Segundo (MAGALHÃES, 2008).

Além dos três poderes a Constituição de 1824 criou um quarto poder, sendo este o Poder Moderador. Esse poder era restrito ao Imperador, lhe concedendo o direito de intervir nos demais poderes, escolhendo os governadores de cada província, podendo convocar e dissolver a Câmara dos Deputados e nomear os ministros e os conselheiros (FAVERO, 2004).

A CF de 1824 estabeleceu as leis para o sistema eleitoral brasileiro. A eleição era feita por meio de censos, só podiam votar aqueles que possuíssem uma renda anual de 100 mil réis. Era vetado as mulheres o voto e homens com rendimentos inferiores a 100 mil réis não tinham direitos políticos. Mesmo com diversos meios de controle legais criados, o governo de D. Pedro I não foi livre de crises. A primeira delas foi o conflito que teve como protagonistas o imperador e os políticos, pois estes achavam que a CF 1824 não tinha sido criada para o benefício de todos, mas apenas de uma minoria.

Havia também o receio de uma possível reunificação do Brasil com Portugal, devido ao relacionamento intenso que o imperador mantinha com políticos e comerciantes portugueses. Portanto a confiança da população em D. Pedro I foi diminuindo gradativamente acontecendo revoltas e manifestações populares contrárias ao imperador e os conflitos entre ele e os deputados brasileiros aumentavam cada vez mais. Assim, em 7 de abril de 1831, D. Pedro I abdicou o trono brasileiro em nome de seu filho e voltou para Portugal (ABREU, 2009, MARQUES, 1979).

3.3 Da regência ao segundo reinado

Dom Pedro de Alcântara torna-se herdeiro do trono com apenas cinco anos de idade e, conforme determinava a Constituição de 1824, para governar o país, foi organizado o Governo Regencial até que ele atingisse a maioridade. D. Pedro II assumiu o poder com apenas 14 anos de idade e governou até 1889. Nesse período o Brasil se tornou o maior exportador de café do mundo. O governo e os fazendeiros puderam investir os lucros da venda do produto na melhoria dos sistemas de transportes para a distribuição do café. Ocorreu também o crescimento das ferrovias, o desenvolvimento e o surgimento de novas cidades e o estímulo da indústria e do comércio brasileiro. Foi na metade do século XIX que a mão de obra livre começou a ser amplamente utilizada nas lavouras cafeeiras. O café foi transportado por viajantes para diversas regiões, indo do Pará e chegando ao Rio de Janeiro próximo ao

ano de 1770, e entre 1830 e 1850, as lavouras de café foram pelo estado de São Paulo e suplantaram as de cana-de-açúcar, passando a ser o produto mais exportado pelo Brasil (FURTADO, 1976).

Desde 1840, já existiam leis que proibiam a utilização da mão de obra escrava no Brasil. Por motivo de pressão para o fim da escravidão, grandes fazendeiros do Oeste paulista, ajudados pelo governo, fomentaram a vinda de imigrantes europeus, principalmente italianos, para trabalhar nas fazendas de café, trocando gradativamente a mão de obra africana pela mão de obra assalariada. O desenvolvimento das ferrovias e a prosperidade acumulados pelos cafeicultores foram essenciais para o processo de urbanização e no desenvolvimento das indústrias no Brasil (ABREU, 2009).

Diversas cidades foram fundadas e tantas outras antigas tiveram um impulso novo com a chegada das linhas férreas. Tais melhorias normalmente eram custeadas ou financiadas pelos “barões do café”, que começaram a morar em luxuosas mansões construídas nas cidades, sendo que da cidade eles podiam administrar seus negócios.

No fim do século XIX, vários grupos sociais brasileiros estavam infelizes com o governo de D. Pedro II. Dentro desses grupos os cafeicultores merecem destaque, mas também tinha a classe média urbana e os grupos políticos criados por intelectuais e militares que sonhavam o sonho da fundação da República no Brasil. No dia 15 de novembro de 1889, o Marechal Candido Deodoro da Fonseca tomou a frente dos militares republicanos e assinaram o decreto de Proclamação da República, instituindo o chamado Governo Provisório e transformando as províncias do Brasil em estados federativos (PACHECO, 1958).

3.4 Brasil república

Tendo sido proclamada no dia 15 de novembro de 1889, a República nasceu no Brasil como resultado de um movimento político e social, tendo sido engendrada pelos movimentos militares e pelas elites agrárias. O novo regime político não se ateve em promover substanciais mudanças, mesmo que posteriores, na economia e a política. Foi escolhido o marechal Deodoro da Fonseca para presidir ao novo governo, que estabeleceu seu ministério com civis e militares de notoriedade no movimento republicano, como Quintino Bocaiuva como Ministro das Relações Exteriores e Benjamin Constant como Ministro de Guerra, também Rui Barbosa, Ministro da Fazenda e o fazendeiro Campos Sales, Ministro da Justiça (PACHECO, 1958).

As primeiras medidas do Governo de Candido da Fonseca foram publicadas no Diário Oficial do dia 16 de novembro de 1889. O país tornava-se uma República Federativa com o nome de Estados Unidos do Brasil e as províncias eram transformadas em Estados. O Estado foi separado da Igreja e o regime adotou uma nova bandeira, com o lema tão conhecido hodiernamente como Ordem e progresso. Concomitantemente, para elaborar uma Constituição de caráter republicano, o governo convocou outra Assembleia Nacional Constituinte.

A estrutura federativa de República, criada pela Constituição de 1891, propiciou um governo descentralizado, que fortaleceu as instancias municipais e estaduais. Devido a regulamentação e aceitação da CF, os estados deram inicio ao processo de escolha de seus próprios representante e com uma regulamentação legal própria, o que concedia maior autonomia frente aos deveres que eles tinham com a sociedade na provisão de bens e serviços público como educação, saúde, segurança, etc (BRASIL, 1988).

Nos estados, quem dava forma as oligarquias eram os representantes políticos da localidade, sendo estes na maioria das vezes grandes fazendeiros e ou comerciantes, que dominavam o processo de eleição em cada território, os conhecidos coronéis. Por terem o poder de controlar as politicas, os coronéis nomeavam todos os que queriam para cargos como os de juiz e prefeito. Em grande parte das vezes tais cargos eram cedidos a parentes ou para ele próprio (MARQUES, 1979; ABREU, 2009). Feito a análise histórica do processo de formação dos municípios, o trabalho agora mostrará o surgimento dos primeiro vilarejos no Estado do Paraná.

4 AS PRIMEIRAS VILAS E CIDADES DO PARANÁ

Os primeiros agrupamentos de povos que surgiram no Estado do Paraná tiveram início pelos espanhóis, em Ciudad Real Del Guayra, no ano de 1557, onde hoje é o município de Guaíra e Villa Rica Del Espiritu Santo, no ano de 1576, onde hoje o município de Fênix. Do surgimento desses pequenos povoados surgiram as reduções, que eram grupos regidos por padres espanhóis, os jesuítas (ARANTES, 2001)

Por questões estabelecidas no tratado de Tordesilhas, houve uma grande presença da população espanhola no território paranaense. Mediante o Tratado de Tordesilhas, a nação espanhola possui grande parte do território que hoje se constitui solo paranaense. No período do século XV os espanhóis forçaram o descobrimento de novos caminhos e se embrenharam a

expandir suas terras, intentando escravizar índios, aplacar as incursões portuguesas e construir um porto no Atlântico. Com o fim de grande parte das colônias de povoação da Espanha e da diminuição dos jesuítas, o território da Coroa espanhola acabou sendo deixado para trás, e isso não só pelos próprios espanhóis, mas bem como pelos portugueses também, isso já no século XVII (CARDOSO, 1982).

As terras pertencentes a Coroa portuguesa foram definitivamente tomadas com o descobrimento do ouro nas redondezas da Baía de Paranaguá, sendo este o fato que iniciaria o processo de povoamento no litoral do Estado (CARDOSO, 1982). Nesse momento Paranaguá era propriedade da Capitania de São Vicente, por motivos da divisão de terras brasileiras levadas a cabo por D. João III, sendo que essas terras eram de fato dominadas por diversos povos indígenas. Os conflitos entre brasileiros, colonos europeus e os índios não eram incomuns e, por causa da invasão de suas terras, os índios reagiam às vezes pacificamente, as vezes com violência, contra o movimento de povoamento em andamento pelos europeus e brasileiros, sendo que, de certa forma, os índios contribuíram fortemente para assimilados no processo de colonização (CARDOSO, 1982).

Os portugueses começaram a colonização do Paraná através do litoral, sendo a mineração a atividade fomentadora do crescimento populacional e que foi fator preponderante para o sucesso da colonização litorânea. As notícias do sucesso dos mineradores ouro na baía de Paranaguá, atraiu um grande contingente para o território, sendo que estes vinham de diversas partes de Portugal e do próprio Brasil. Foram esses os motivos que levaram Paranaguá a ser reconhecida, em 1660, como vila (CARDOSO, 1982).

Com aspirações de enriquecer, a procura pelos metais preciosos foi significativa por mais de cem anos e assim, tal como tinha sido com Paranaguá (1648), novos povos foram aparecendo atrás na procura do ouro, como é o caso de Curitiba em 1648, Guaratuba em 1771 e Antonina em 1797. Desse modo, não se pode pensar em povoamento do território paranaense sem pensar na atividade mineradora.

4.1 Mesorregião centro-ocidental do Paraná

No ano de 1989 o IBGE, através da junção das microrregiões geográficas de Campo Mourão e Goioerê, criou a mesorregião Centro-Ocidental Paranaense, a qual de forma oficial começou a ter seu processo de colonização no ano de 1930, apesar de já existirem, pequenos povoados, principalmente na microrregião de Campo Mourão (ANDRADE, 2005).

A Mesorregião Centro Ocidental Paranaense está localizada no terceiro planalto Paranaense e abrange uma área de 1.191.893,6 hectares, que corresponde a cerca de 6,0% do território estadual. Faz fronteira ao norte com a mesorregião Noroeste, a oeste com a mesorregião Oeste, ao sul com as mesorregiões Oeste e Centro-sul e Norte Central, possui como principal divisa geografia, a leste, o rio Ivaí, e a oeste o rio Piquiri. É constituída por 25 municípios, dos quais o de maior destaque é Campo Mourão, devido a sua dimensão populacional e nível de polarização (IPARDES, 2004).

Anteriormente estas terras pertenciam a Comarca de Guarapuava, e várias expedições foram realizadas, porém somente no ano de 1903, se concretizou com a chegada de José Luiz Pereira a ocupação destas terras para morada, e assim se deu o início da cidade que hoje recebe o nome de Campo Mourão (HESPANHOL, 1990). Fazendo a análise de alguns municípios, foram analisadas as cidades de Luiziana, Farol, Quarto Centenário e Rancho Alegre D'Oeste, municípios recentes e considerados periféricos, devido ao número de habitantes.

Entre os municípios mencionados dois pertencem a microrregião de Campo Mourão (Farol e Luiziana), e dois pertencem a microrregião de Goioerê (Quarto Centenário e Rancho Alegre D'oeste), destes Luiziana é o que apresente maior número de habitantes segundo o IBGE em 2013 eram 7.315 hab, a estimativa realiza da pelo órgão para o ano de 2016, é que o município tivesse aproximadamente 7.436 hab.

Este município inicialmente era distrito de Campo Mourão, pela lei estadual n° 5162 de 21/02/1965, foi elevado a município no dia 25/09/1987 pela lei estadual n° 8549, desmembrando-se assim do município de Campo Mourão, sendo instalado no dia 01/01/1989 (IBGE, 2017). Possui setes núcleos comunitários denominados: Valinhos, Campina do Amoral, Klabin, Ponte Branca, Cava Funda, Bairro dos Inácios e Serra Molhada, com população inferior a 500 habitantes (IPARDES, 2004).

Quarto Centenário é o segundo município em números de habitantes, no Censo de 2010 apresentava um total de 4.856 hab, e o IBGE estimava para 2016 uma população de 4.794 hab, ou seja, uma pequena queda, a qual só poderá ser confirmada na realização do próximo Censo (IBGE, 2017). Sua colonização iniciou-se em 1953, onde surgiu um pequeno povoado, no dia 23/09/1964, foi elevado distrito do município de Goioerê, através da Lei Estadual n.º 9.959 do dia 29/04/1992, elevou-se a município, sendo instalado em 10/01/1997 (IBGE,2017).

Farol outro município pertencente a microrregião de Campo Mourão, possui a terceira maior população entre os quatros municípios mencionados, no ano de 2010 apresentava uma população de 3.472 hab segundo o censo, e o IBGE calculou uma estimativa de 3.355 hab, para 2016, um município que segunda s estimativas também teria uma queda de população (IBGE, 2017).

Durante 36 anos foi distrito de Campo Mourão pelo projeto de lei n.º17/55 de 30/11/1955. No ano de 1991, através de outro projeto de lei n.º 9785 de 25/10/1991 tornou-se município, desmembrando-se assim de Campo Mourão, teve sua instalação em 01/01/1993.O último e menor município é o de Rancho Alegre D'Oeste, que pertence a microrregião de Goioerê, no ano de 2010 segundo o censo realizado pelo IBGE possuía 2.847 hab, e uma estimativa feita pelo mesmo órgão o município apresentaria uma população de 2.816 hab em 2016.

Inicialmente era denominado distrito de Rancho Alegre pela Lei n.º 6,908 de 30 de agosto de 1977, tornou-se município através da Lei Estadual n.º 9.311 de 04 de julho de 1990 e teve seu nome alterado para Rancho Alegre D'Oeste, devido a existência de um município homônimo já existente no estado, desmembrou-se de Goioerê no ano de 1993 (IBGE, 2017).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dado o objetivo do trabalho, compreender o processo histórico de formação dos municípios no Brasil, o que se pode verificar, como o esperado, é como o próprio processo de formação do país enquanto país independente, passando da época colonial para a imperial, e o processo de tornar o país uma república, período republicano, foram determinantes para estabelecerem o arcabouço jurídico e legislativo para a constituição dos municípios.

Deste a percepção, por parte de Portugal, de se povoar sua colônia, como meio de afastar aos invasores, até a criação da república brasileira, e a criação de uma Constituição Federal, que lhe serviria de bastião das normas legais do país, definindo direitos e deveres para a população, foi um processo que demandou anos e, influenciado por diversos fatores (presença de espanhóis, imigração o descontentamento com o governo de D. Pedro II, entre outros) moldaram a formação dos municípios. Especificamente no Paraná, esse Estado foi fortemente influenciado pela presença de imigrantes espanhóis, e tendo seu processo de colonização principalmente pelo litoral. Na Mesorregião Centro Ocidental, Campo Mourão se destaca das demais cidades devido a fatores populacionais e polarização. Alguns municípios

próximos a ele, como Luiziana, Farol, Quarto Centenário e Rancho Alegre, foram fortemente influenciados por sua cidade vizinha maior (Campo Mourão), e possuem pequeno porte, sofrendo perda de sua população com o passar dos anos. O que se pode inferir, baseado na pesquisa, é que a formação dos municípios é fruto de uma longa caminhada histórica, porém, quando o país conseguiu criar uma democracia, com a existência do poder exercido por representatividade eleitoral, com uma língua oficial falada no território, com uma administração pública justa os municípios, em todo o país, puderam ganhar mais expressividade perante a população, servindo como para bom desenvolvimento social e econômico dos brasileiros.

5. REFERÊNCIAS

ABREU, C. Capítulos da história colonial [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2009

ANDRADE, A.A.V, Vilas Rurais da Microrregião Geográfica de Campo Mourão. Dissertação de Mestrado.UEM. Maringá-PR, 2005.

ARANTES, Aimoré et all. O Paraná de todas as cores. Curitiba: Base, 2001.

BETHELL, L, (org.) America Latina Colonial. 2. ed. São Paulo, Edusp / Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 1999.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado

CARDOSO, Jaime. A. Atlas Histórico do Paraná. Curitiba: Ind. Gráfica Projeto, 1982.

CARDOSO, J. A. Atlas Histórico do Paraná. Curitiba: Ind. Gráfica Projeto, 1982.

DOLHNIKOFF, M. O pacto imperial – origens do federalismo no Brasil. São Paulo: Globo, 2005.

FAROL; IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/pr/farol/historico>>. Acessado em 21 de Julho de 2017.

FAVERO, E. Desmembramento territorial: o processo de criação de municípios – Avaliação a partir de indicadores econômicos e sociais. Tese de doutorado. Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 14. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1976.

HESPANHOL, A. N. O Binômio Soja/trigo na Modernização da Agricultura do Paraná: O caso dos municípios de Ubiratã Campina da Lagoa e Nova Cantu. Dissertação de mestrado. UNESP. Rio Claro, 1990.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em:
<<https://cidade.ibge.gov.br/v4/brasil/pr/luiziana/historico>> Acesso em: 21 jul. 2017.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social Leituras regionais Mesorregião Geográfica Centro Ocidental Paranaense. Curitiba. 2004.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M de. A. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MAGALHÃES, J. C. Emancipação político-administrativa de municípios no Brasil. In Dinâmica dos Municípios, chapter 1. IPEA, Brasília (2008).

MARQUES, A. M; FARIA, R de. M. Nova história. 3a ed. Rê, 1979.

MUNICÍPIO DE FAROL. Disponível em:
<<http://www.farol.pr.gov.br/?p=YWxyb3RsaXMvYWxyb3RsaXNAemh6P2FkPTE>>. Acesso em: 21 jul. 2017.

MUNICÍPIO DE LUIZIANA. Disponível em: <<http://luiziana.pr.gov.br/site/menu/historia>>. Acesso em: 21 jul. 2017.

OLIVEIRA, D. B; ABREU, W. F de. Conhecimento, arte e formação na República de Platão. Educação e Pesquisa (USP. Impresso), v. 41, p. 203-215, 2015.

PACHECO, C. Tratado das constituições brasileiras. Rio de Janeiro / São Paulo: Freitas Bastos, 1958.

PRADO JUNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2006.

QUARTO CENTENÁRIO; IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/pr/quarto-centenario/historico>>. Acesso em: 21 jul. 2017.

RANCHO ALEGRE D'OESTE; IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/pr/rancho-alegre-doeste/historico>>. Acesso em: 21 jul. 2017.

SILVA, K. V. F. Capitães e senhores de engenho: o Humanismo, o Barroco e o diálogo cultural entre Castela e a sociedade açucareira (Pernambuco, séculos XVI e XVII). Varia História (UFMG. Impresso), v. 28, p. 235-257, 2012.

SILVA, T. L. C. R. A Revolução de 1817 e o primeiro modelo de Constituição no Brasil: uma análise histórica e jurídica do movimento à luz da Teoria do Poder Constituinte. Revista da Faculdade de Direito da UERJ, v. 0, p. 190-209, 2015.

WACHOWICZ, R. C. História do Paraná. Curitiba: Vicentina, 1988.